

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE -----

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRÉVIO:-----

- a) **Renúncia ao mandato de membros da Assembleia Municipal – Substituição;** ----
- b) **Eleição de nova Mesa da Assembleia Municipal.**-----

ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.-----
- 2. Atas. -----
- 3. **Eleição de um membro da Assembleia Municipal para a CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.** -----
- 4. **Designação de cidadãos para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém.** -----
- 5. **Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.** -----
- 6. **Comemorações do centenário de Álvaro Cunhal.** -----
- 7. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013;** -----
 - b) **Autorização prévia prevista na Lei dos Compromissos;**-----
 - c) **Adequação da estrutura orgânica do Município de Santiago do Cacém às determinações impostas pela Lei 49/2012, de 29 de agosto;** -----
 - d) **Mapa de Pessoal para 2013.**-----
- 8. **ATIVIDADE AUTÁRQUICA** -----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Joaquim António Gamito, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Sandra Maria Brás Coelho, Teresa Isabel Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, Fernando Augusto Pereira de Sousa, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Luís de Assis Candeias J. Silva do Ó, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, Ângela Isabel Botelho Baltazar e Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos Senhores Vereadores Margarida Santos, Arnaldo Frade, José Rosado, Óscar Ramos e Álvaro Beijinha.-----

PONTO PRÉVIO:-----

COMPOSIÇÃO DA MESA-----

Verificando-se a ausência simultânea da maioria dos membros da Mesa (Presidente e Segunda Secretária), a Presidente, em exercício, Maria da Conceição Pinela Pereira procedeu, em conformidade como o número quatro do artigo terceiro do Regimento, no sentido da apresentação de propostas para a eleição, de entre os membros presentes, dos dois elementos necessários para integrarem a Mesa.-----

Pelos eleitos da CDU foi apresentada a seguinte proposta:-----

Joaquim António Gamito, para 1º Secretário.-----

Teresa Isabel Matos Pereira, para 2ª Secretária.-----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente, em exercício, colocou à consideração da Assembleia a **votação** da proposta, **em lista e por voto secreto**, o que foi **aprovado, por unanimidade.**-----

A proposta de constituição da Mesa foi aprovada, com vinte e quatro votos a favor, dois votos em branco e zero votos nulos.-----

--- a) Renúncia ao mandato de membros da Assembleia Municipal – Substituição;

A Senhora Presidente, em exercício, procedeu, em conformidade com o previsto no nº 2 do artº 3º do Regimento e no cumprimento do nº 4 do artigo 76º e artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, à **substituição do Senhor Nuno Alexandre Vilhena Braz**, eleito na lista do PSD – Partido Social Democrata, **pelo Senhor Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela**, o qual se segue na mesma lista, por renúncia do primeiro ao mandato na Assembleia Municipal.-----

O Senhor Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela declarou, perante a Assembleia Municipal, aceitar as funções que lhe eram confiadas.-----

A Senhora Presidente, em exercício, procedeu, em seguida, à **substituição do Senhor Ramiro Francisco Guiomar Beja**, eleito na lista da Coligação Democrática Unitária – CDU, **pelo Senhor José Manuel Guerreiro Neves**, o qual se segue na mesma lista, por renúncia do primeiro ao mandato na Assembleia Municipal.-----

O Senhor José Manuel Guerreiro Neves declarou, perante a Assembleia Municipal, aceitar as funções que lhe eram confiadas.-----

--- b) Eleição de nova Mesa da Assembleia Municipal;-----

A Senhora Presidente, em exercício, deu início ao processo de eleição da nova Mesa, na sequência da renúncia ao mandato do Senhor Ramiro Francisco Guiomar Beja, Presidente da Assembleia Municipal, e em conformidade com o previsto no nº 2 do artº 3º e artº 4º do Regimento.-----

Pelos eleitos da CDU foi apresentada a seguinte proposta:-----

“Paula Maria Daniel de Melo Lopes – Presidente.-----

Joaquim António Gamito – 1º Secretário.-----

Teresa Isabel Matos Pereira – 2ª Secretária.”-----

Não havendo mais propostas, foi deliberado, por unanimidade, a votação, em lista.-----

A proposta foi aprovada, com vinte e dois votos a favor, sete votos brancos e zero votos nulos.-----

A Senhora Presidente eleita assumiu, de imediato, a condução dos trabalhos, concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual a solicitou

para saudar os membros da nova Mesa da Assembleia Municipal, em geral, e a Senhora Presidente Paula Lopes, em particular, desejando a todos um bom trabalho e manifestando toda a disponibilidade para a continuidade de uma cooperação positiva entre o órgão executivo e deliberativo.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

SAUDAÇÃO AO SENHOR RAMIRO FRANCISCO GUIOMAR BEJA-----

Pelo Senhor Vítor Paulo Miguel Barata, eleito da CDU, foi apresentada a Saudação que a seguir se transcreve:-----

“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária, em 21 de dezembro de 2012, saúda Ramiro Francisco Guiomar Beja pelo exemplo de cidadania e participação cívica que tem norteado a sua vida servindo de incentivo a todos nós.-----

Ramiro Beja nasceu no concelho de Santiago do Cacém, em 1943, tendo iniciado a sua vida de trabalhador rural aos 11 anos. Em 1969 ingressou nos Bombeiros Voluntários de Santiago do Cacém. Em 1974 entra na empresa de transportes João Cândido Belo, como motorista, onde foi delegado e dirigente sindical, pertencendo, ainda, à comissão central dos trabalhadores da Rodoviária Nacional.-----

Foi dirigente associativo.-----

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, Vereador e Presidente da Câmara Municipal.-----

O Sr. Ramiro, como nos habituámos a tratá-lo, é um homem cujas características, para além do percurso de vida, nos fazem admirá-lo.-----

Dotado de uma genuína simplicidade e simpatia é gerador de consensos, excelente ouvinte e ótimo decisor.-----

Infelizmente, por razões de saúde, não pode continuar a presidir a esta Assembleia o que, sinceramente, lamentamos.-----

Fica, no entanto, o reconhecimento e admiração desta casa ao homem do povo que nunca renegou a sua origem e que superiormente desempenhou todos os cargos cívicos e públicos para que foi eleito.-----

Com desejo de rápidas melhoras fica o agradecimento e o merecido reconhecimento público ao Sr. Ramiro.”-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual referiu que o Senhor Ramiro Beja era uma pessoa que se habituou a admirar, pelo que se associava à homenagem pública expressa através da saudação apresentada, considerando que se trata de um homem com provas dadas relativamente ao Município, o qual, por razões de saúde, teve de deixar as funções para as quais foi eleito, aguentando enquanto pode, para tomar essa decisão.-----

-----**RÁDIO LOCAL “ANTENA MIRÓBRIGA”- DIFICULDADES DE FUNCIONAMENTO**

O Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, solicitou informação sobre o ponto de situação relativo aos problemas que aquela Rádio tem vindo a enfrentar.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que foi realizado um plenário com a participação de setenta colaboradores e ex-colaboradores daquela Rádio, no qual se disponibilizou para ajudar a Associação que os mesmos decidiram constituir, no sentido de criarem condições para a viabilização da mesma. Acrescentou que foram já concretizadas algumas ações para angariação de fundos, tendo participado nas reuniões com algumas entidades da região, nomeadamente com a Repsol, à qual a Câmara Municipal propôs que os vinte mil euros que iam ser disponibilizados para a Autarquia, fossem canalizados para aquela estação de Rádio, no sentido de a mesma fazer face às despesas mais prementes, nomeadamente salários em atraso, pagamentos à Segurança

Social e obrigações fiscais. Acrescentou que a Administração do Porto de Sines – APS também colaborou, antecipando os pagamentos dos serviços de publicidade a prestar pela Rádio no ano de dois mil e treze, e que as empresas Artelant, Galp e a AICEP mostraram igualmente abertura para apoiar, com base num estudo de viabilidade de recuperação daquela Rádio Local. -----

OBRAS NO IP8/A26-----

O Senhor João Saraiva de Carvalho questionou sobre o desenvolvimento do processo relativo às obras que foram suspensas naquelas vias.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as últimas declarações do Presidente da empresa Estradas de Portugal, confirmadas pelo Secretário de Estado dos Transportes, foram no sentido de que a opção pela construção da A26 assentava num “erro técnico”, dado que, na sua opinião, a mesma não se justificava. Acrescentou que das declarações que têm sido proferidas ficava a impressão de que a suspensão daquelas obras é definitiva, apesar dos trinta e cinco milhões de euros que já foram gastos. Mais informou que também ainda não houve qualquer intervenção na reconversão dos acessos e de consolidação das infraestruturas, bem como nos caminhos rurais danificados, tendo apenas sido tomadas algumas medidas, para atenuar os riscos para os quais a Câmara Municipal alertou. -----

A CRISE ECONOMICA E FINANCEIRA E A SITUAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO-----

O Senhor João Saraiva de Carvalho chamou a atenção para a necessidade de se verificar se existem situações de fome nas escolas do Município, dado que já foram detetados alguns casos noutros pontos do País.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o problema da fome começa em casa, atingindo não só as crianças, mas também outros membros dos agregados familiares. Situação que a Câmara Municipal, em conjunto com associações de solidariedade social e outras entidades, tem tentado melhorar, através da distribuição de bens de primeira necessidade, como recentemente aconteceu com a distribuição de produtos recolhidos, aquando do espetáculo da Escola de Guitarra Portuguesa. Distribuição que foi feita a famílias referenciadas pela Segurança Social e pelos Serviços de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal.-----

Mais referiu que esta era uma matéria preocupante, o que levou a que algumas instituições de solidariedade social no Município aderissem ao projeto das cantinas sociais. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Álvaro Beijinha, com competências delegadas na área social, o qual acrescentou que no âmbito dos protocolos estabelecidos entre a Segurança Social e algumas entidades de solidariedade social no Município, para criação de cantinas sociais, estão a ser servidas trinta refeições diárias pelo Centro Paroquial de Santa Maria, em Santo André, e o mesmo número de refeições pela Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, sendo que, no primeiro mês em que o Protocolo entrou em vigor, em novembro, foram servidas novecentas refeições, em Santo André, e um número um pouco inferior em Santiago do Cacém, sendo nestas duas freguesias que se têm verificado mais situações de falta de recursos. -----

Mais informou que os Centros de Dia das restantes freguesias do Município foram contactados no sentido da sua adesão ao projeto, mas os mesmos consideraram que não havia ainda necessidade de o fazerem, o que poderá acontecer, a curto prazo, caso a situação económica e social se continue a agravar. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou em seguida a palavra à Senhora Vereadora Margarida Santos, com competências delegadas na área da educação, a qual informou que os agrupamentos de escolas e, nalguns casos, as escolas secundárias, estão a fornecer suplementos às refeições da manhã, porque algumas crianças e jovens chegam às escolas sem terem tomado o pequeno-almoço e a outras que comem alguma coisa, mas que é manifestamente insuficiente.-----

Mais informou que tem havido um acréscimo de alunos carenciados, referenciados como tal, mas também outros passaram a precisar de tomar as suas refeições nas escolas, acrescentando que nos refeitórios do Município, geridos pela Câmara Municipal e agrupamentos de escolas, nenhuma criança deixou de comer por não ter dinheiro para pagar a refeição, e que, por vezes, os pais pedem o reforço das refeições, porque as famílias estão sem condições para assegurar a alimentação de todo o agregado, sendo as escolas a colmatar esta situação, sem que tenha havido, por parte da Administração Central, qualquer reforço aos seus orçamentos, para o efeito.-----

ALVALADE – TRABALHOS REALIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL – AGRADECIMENTOS.-----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, para agradecer à Câmara Municipal os trabalhos realizados naquela Vila, nomeadamente a manutenção do depósito da água, com pintura, e os passeios na Zona de Expansão, obra desenvolvida em parceria com a Junta de Freguesia.-----

Convidou ainda os presentes para fazerem compras de Natal no comércio local, naquela Vila. -----

BOAS FESTAS E AGRADECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL-----

O Senhor Joaquim Gamito, 1º Secretário e eleito da CDU, desejou a todos os membros da Assembleia Municipal, do Executivo Municipal e trabalhadores das autarquias, um Bom Natal e um Bom Ano de dois mil e treze.-----

Agradeceu também o tratamento/manutenção do depósito de água de Alvalade, assunto que tinha levantado em anteriores reuniões da Assembleia Municipal, esperando que no próximo ano seja possível a intervenção em mais algumas ruas daquela Vila. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que a Câmara Municipal diligenciou junto da empresa Águas Públicas do Alentejo, no sentido de ser efetuada a manutenção daquele equipamento, trabalhos que tem vindo a acompanhar. -----

Mais referiu que o Executivo Municipal tem contado com uma grande cooperação das onze juntas de freguesia na concretização de algumas ações, da qual tem resultado um trabalho positivo, para benefício das populações. -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – BAIRRO DAS FLORES – PAVIMENTOS-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Luís de Sousa, inscrito para o efeito, o qual veio colocar o problema de falta de pavimentação junto à sua residência, sita no Bairro das Flores, a nascente. Situação que se arrasta há algum tempo, a qual pensou que seria regularizada aquando das obras de urbanização no Loteamento dos Plátanos, dado que se trata de uma área de ligação daquele empreendimento ao Bairro das Flores, o que não aconteceu, ficando uma parte concluída e outra por fazer. Acrescentou que, em dois mil e nove, expos a situação à Junta de Freguesia de Santo André que a fez chegar à Câmara Municipal, tendo a resposta sido que não havia

orçamento para conclusão da obra, pelo que, gostaria de saber se existem perspectivas para a resolução do problema, dado que, tendo optado por residir dentro da Cidade, vive como se habitasse uma casa de campo, ele e os seus vizinhos, porque o espaço junto às moradias continua em terra batida. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André já tinha colocado, várias vezes, aquele assunto, esclarecendo que as obras de urbanização no Loteamento dos Plátanos foram executadas pelo promotor do mesmo, resultando agora um maior contraste com a situação no Bairro das Flores, por não ter havido melhoramentos naquela zona do Bairro. Acrescentou que se trata de uma matéria que estava a ser analisada e que, após a aprovação dos documentos previsionais a Câmara Municipal, irá, em conjunto com a Junta de Freguesia, avaliar a possibilidade de uma intervenção, por administração direta. -----

Mais referiu que existe um conjunto de intervenções do mesmo tipo que terão que ser feitas e que a situação em causa merecerá também a atenção da Câmara Municipal.-----

A Senhora Presidente concedeu novamente a palavra ao Município, o qual referiu que não era agradável levar terra para casa e que existem espaços naquele Bairro em que as obras de urbanização foram todas concluídas, o que não aconteceu na sua zona, onde até as valas que foram abertas ainda não foram tapadas, o que, aliado às outras situações que se têm arrastado no tempo, causa desânimo a quem ali reside. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, reiterando tudo o que foi dito pelo Senhor Luís de Sousa, acrescentando que aquela Cidade tem vindo a ser alvo de importantes obras de requalificação e que o Bairro das Flores também merece uma intervenção nas pluviais, nos espaços verdes, passeios e pisos, mas não foi possível a sua integração nos projetos de regeneração que estão a ser desenvolvidos no terreno, no valor de cerca de cinco milhões de euros. -----

Mais referiu que quando foi implantado o Loteamento dos Plátanos, os moradores o contactaram e que, em conjunto com o senhor Vereador e os técnicos da Câmara Municipal, foram feitas algumas correções à ligação entre o Bairro das Flores, implantado há trinta e dois anos, e aquele novo empreendimento, mas as obras de urbanização para melhoramento do piso ficaram por fazer. -----

Acrescentou que por parte da Junta de Freguesia existe vontade de colaborar com a Câmara Municipal no sentido da resolução do problema e que compreendia o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal não poder dar uma resposta imediata de que as obras irão ser executadas, mas estava convencido que, em conjunto, iriam conseguir. ---

Referiu ainda que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia têm estado muito empenhadas nas obras que estão a ser feitas, na Cidade de Vila Nova de Santo André, e que ambos os órgãos estão sensibilizados para a situação exposta.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Manuel João M. de Oliveira também proprietário de uma moradia no Bairro das Flores, na Rua das Violetas, o qual referiu que pretendia ir residir naquele local, de forma definitiva, mas ainda não o fez, porque a Rua tem muita lama e não consegue aceder à garagem com a viatura, acrescentando que foi prometido que as obras de pavimentação da Rua seriam executadas, mas até agora não o foram, pelo que, caso a situação não seja resolvida, vende a casa e vai embora.-----

Interveio novamente o Senhor Jaime Cáceres, informando que a Rua das Violetas já teve uma intervenção nas pluviais, mas era necessário a sua pavimentação. Acrescentou esperar que o Município não vá embora, porque não irá encontrar melhor qualidade de vida noutra local.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Expediente.-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de setembro até ao dia dezoito do mês de dezembro de dois mil e doze*-----

* Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a ata nº 04 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 21 de setembro de 2012.-----

Interveio o Senhor Luís de Assis Silva do Ó, indicando duas correções pontuais, a saber: na página nove, linha cinco, a contar do fim da mesma, substituir “do mês em curso, para “de outubro” e corrigir a data no rodapé, de “20”, para “21”, respetivamente.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **ata** a votação, com as correções indicadas, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções, dos senhores António João Antunes Isidoro, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Jorge Manuel Pereira Simões R. Pinela e José Manuel Guerreiro Neves, por não terem estado presentes.-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a ata nº 05 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 12 de outubro de 2012.-----

Interveio o Senhor Luís de Assis Silva do Ó, indicando a correção do nome “Dulce”, na página seis e a Senhora Dulce Rito, indicando a correção da palavra “pronuncia”, na mesma página, na linha dez, a contar do fim da mesma.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **ata** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor e seis abstenções, dos senhores Hugo Manuel Reis L. Pires Ferreira, Luís de Assis Silva do Ó, António João A. Isidoro, Ana Raquel Varela H. da Cunha Nunes, Jorge Manuel Pereira Simões R. Pinela e José Manuel Guerreiro Neves, por não terem estado presentes.-----

3. Eleição de um membro da Assembleia Municipal para a CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral.-----

O Senhor 1º Secretário apresentou uma **proposta da Mesa, indicando o Senhor José Manuel Guerreiro Neves**, para a Assembleia Intermunicipal da CIMAL.-----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a **proposta** da Mesa a votação, por voto secreto, a qual foi **aprovada** com vinte e dois votos a favor, três votos contra e quatro votos em branco.-----

4. Designação de cidadãos para a CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém.-----

O Senhor Vítor Paulo Barata e o Senhor Frenando Gonçalves, eleitos da CDU, apresentaram propostas no sentido da recondução na CPCJ de Santiago do Cacém, das cidadãs **Maria Helena Varela Pereira Hilário e Maria Pereira Delgado**, respetivamente.-----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente propôs que a votação se efetuasse em lista, o que foi aprovado, por unanimidade.-----

A Senhora Presidente colocou em seguida a **proposta** a votação, por voto secreto, a qual foi **aprovada**, com vinte e oito votos a favor, um voto em branco e zero votos contra.---

A partir deste momento verificou-se a ausência do Senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa, eleito do PS.-----

5. Reorganização Administrativa do Território das Freguesias.-----

Pelo Senhor Armando Climas, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

Pela Defesa do Poder Local Democrático-----

Contra a Extinção de Freguesias no Conselho de Santiago do Cacém-----

O governo, PSD/CDS, está a levar a cabo mais um feroz ataque ao Poder Local Democrático visando a sua destruição, mesmo sabendo que está a agir contra a vontade das populações, e contra a Constituição da República.-----

A proposta da Unidade Técnica para a Reorganização do Território, agora apresentada pelo PSD e pelo CDS como Projeto-lei 320/XII, para a extinção de Freguesias, não possui qualquer critério técnico, jurídico, administrativo ou de organização territorial. - Impõe para o concelho de Santiago do Cacém, Município qualificado como Município de Nível 3 uma redução de 25% das Freguesias, deve ter-se em conta que a maioria das freguesias se situa em área Rural (alias só duas são urbanas), e as características do território do concelho levam a que as populações fiquem afastadas nalguns casos a mais de oito quilómetros sendo a maioria da população idosa e os transportes públicos são em número insuficiente.-----

Ou seja, impõe a extinção de três Freguesias em todo o Concelho de Santiago do Cacém, e a criação de duas novas Freguesias que junta os territórios das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra e ainda outra freguesia São Domingos e Vale de Água.-----

Assim considerando:-----

Que as Freguesias possuem um importante valor histórico, patrimonial e cultural, constituindo-se como um fator decisivo para o desenvolvimento da atividade económica, social e cultural essencial para a vida e bem-estar das suas populações;-----

Que a extinção de freguesias no concelho de Santiago do Cacém contrariando as decisões dos órgãos autárquicos e a vontade das populações, constitui um severo ataque à base da representação democrática e afastará os cidadãos dos seus representantes mais próximos, eleitos democraticamente por sufrágio livre e universal.-----

Que no pós 25 de Abril foi feita a reorganização territorial do concelho de Santiago do Cacém com a criação de 1 nova freguesia (Freguesia de Vale de Água), o que foi à época, um importante fator da melhoria das condições de vida da população, quer pela proximidade entre a população e os seus representantes, quer pelo aumento da capacidade de intervenção no território, tendo esse processo resultado da vontade das populações.-----

Que a, existência de 11 Freguesias é, num concelho como Santiago do Cacém, um dos últimos elementos de combate à crescente desertificação territorial, assim como o garante na prestação de serviços apoio às populações mais desfavorecidas mantendo a dinâmica de funcionamento do Poder Local Democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa.-----

Que as Freguesias, não constituem um peso financeiro significativo, representando menos de 0,1% do Orçamento do Estado, em nada contribuindo quer para a despesa pública, ou para a dívida nacional, devem ser, tal como os municípios, entidades a

preservar e proteger; de acordo com a Constituição ao contrário daquilo que nos está a ser imposto pelas TROIKAS nacional e estrangeira; -----
Que a eliminação de freguesias não constava do programa eleitoral de nenhuma das forças políticas candidatas aos órgãos de poder local, não tendo por isso sido sufragada pelo voto popular. -----
Que, no chamado período em que os diversos órgãos autárquicos se deviam pronunciar, foram aprovados por unanimidade em todas as assembleias de freguesia do concelho, e por maioria na Câmara Municipal e com larga maioria também na Assembleia Municipal com vinte e cinco votos a favor e um contra, demonstrando as posições bem vinculadas contra a proposta. -----
As freguesias do concelho de Santiago do Cacém, promotoras desta moção, decidem:--
- Manifestar a sua oposição à extinção das freguesias de São Bartolomeu da Serra, Santa Cruz e Vale de Água, por aquilo que representam para as populações, recusando participar no processo que visa a extinção de Freguesias e a destruição do Poder Local Democrático; -----
- Apelar aos eleitos dos órgãos autárquicos do concelho, aos trabalhadores da Administração Local, aos dirigentes do movimento associativo e à população em geral, que participem nas ações que venham a ser promovidas, nomeadamente, e desde já na ação de luta agendada pela ANAFRE para o dia 22 de dezembro, junto à Presidência da República; -----
- Exigir à Assembleia da República e ao Presidente da República a imediata revogação do processo de extinção de Freguesias e da Lei 22/2012 de 30 de maio, seguido da não promulgação do projeto-lei 320/XII, por violação dos mais profundos princípios constitucionais; -----
- Reafirmar o apoio a todas as formas de luta Democráticas e constitucionais que permitam continuar a exigir a não extinção de Freguesias no concelho, dando assim cumprimento à vontade das Populações. -----
A ser aprovada esta moção será enviada para, ANAFRE, ANMP, Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, Senhora Presidente da Assembleia da República, Senhora Primeiro-Ministro, Senhor Presidente da República, Senhor Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares e Comunicação Social.”-----
A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a discussão. -----
Interveio o Senhor Fernando Gonçalves, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Água, o qual começou por referir que na proposta inicial de extinção de freguesias apresentada pelo Governo não constava a Freguesia de Vale de Água mas, tal como como tinha referido na discussão sobre o assunto que teve lugar na Sessão Extraordinária de 12 de outubro, esta situação podia acontecer a qualquer freguesia. -----
Acrescentou que, em sua opinião, o processo em causa foi mal iniciado e mal conduzido, porque foi feito nos gabinetes por pessoas que não conhecem o território. ---
Mais referiu estar contra a extinção de freguesias, porque as pessoas vão perder muito com esta situação, acrescentando que, no dia onze do mês em curso, teve lugar um plenário na sede da Freguesia de Vale de Água, com a participação de muitas pessoas, as quais se mostraram extremamente preocupadas com a perda de mais um serviço de proximidade, com tudo o que isso implica de negativo para as suas vidas, tendo em conta que aquela freguesia se situa a mais de vinte quilómetros da sede do Município e só dispõe de algum transporte público no período escolar. -----
Referiu ainda que no dia seguinte à data da presente sessão, os autarcas e as populações irão estar em Lisboa, prosseguindo a luta contra este processo, desta vez para que o Presidente da República não promulgue a Lei em causa. -----

Interveio o senhor Rui Madeira, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, lamentando a forma como os autarcas têm sido tratados pelo atual Governo neste processo, recordando também que na recente deslocação à Assembleia da República, para assistirem à discussão do projeto de lei, esperaram mais de uma hora, à chuva, até lhes ser dada permissão de entrarem no edifício.-----

Mais referiu que não são válidos os argumentos de quem apresentou a proposta de extinção das freguesias, considerando ainda que deviam de ter sido incumbidas pessoas sérias e capazes para desenvolverem um processo desta natureza, não compreendendo como é que alguém como o Secretário de Estado da Administração Local pode estar à frente do mesmo, depois do que ouviu aquele governante argumentar no programa televisivo “prós e contras”, sobre este assunto, onde referiu que com a junção de freguesias se pretendia aumentar a massa crítica, o que, na sua opinião, revela desconhecimento sobre o papel que as freguesias desempenham junto das populações.-- Concluiu, referindo que também considerava que o processo tem sido mal conduzido, deixe o início, expressando a sua solidariedade com a luta das populações contra a extinção das freguesias. -----

Interveio o Senhor Joaquim Gonçalves, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, começando por referir que a Freguesia de S. Domingos tem uma área de cento e vinte quilómetros quadrados e, em conjunto com a Freguesia de Vale de Água, compreende uma área de duzentos e três quilómetros quadrados, ou seja, uma área superior à do Município de Sines. Acrescentou que no número de eleitores considerado, não foi tido em conta os que tem segunda habitação naquelas freguesias e que também precisam de caminhos, saneamento e outros serviços, o que representa muito trabalho para um Presidente de Junta, mesmo que venha a desempenhar as funções a tempo inteiro, pelo que, considerava que a agregação das duas freguesias iria complicar a gestão, penalizando as pessoas, o mesmo acontecendo relativamente a Santiago do Cacém, S. Bartolomeu da Serra e Santa Cruz, numa só freguesia. -----

Mais referiu que a gestão de proximidade, bastante positiva, que tem sido feita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Água, Fernando Gonçalves, o qual, sempre atento às situações as tem resolvido em benefícios das populações, acrescentando que da sua parte também tem feito um esforço para dar resposta aos problemas da Freguesia de S. Domingos, o que tem conseguido, de uma forma geral, considerando difícil manter o mesmo nível de atendimento às populações numa área tão grande como aquela que resultará da agregação das duas freguesias. -----

Acrescentou que nalguns casos, em freguesias com menor dimensão, até poderá ser positiva a sua união, mas no caso do Município de Santiago do Cacém considerou que se tratava de um absurdo. -----

Interveio o Senhor Jorge Pinela, eleito do PSD, referindo que era a favor de uma lei para a reorganização das freguesias, mas não desta forma, considerando que existem freguesias urbanas que não têm grande razão de ser, algumas a funcionar no mesmo edifício, o que não era o caso do Município de Santiago do Cacém. -----

Mais considerou que a situação que se está a viver era culpa de todos, porque a reforma da organização do território devia ter sido pensada há mais tempo, assim como a questão das escolas, quando se começou a verificar a diminuição das populações, acrescentando que também deviam ter sido desenvolvidas mais ações para a fixação das populações, sobretudo nas freguesias rurais, criando condições para a instalação de pequenas indústrias, não sendo o caso da Freguesia de Vale de Água, onde existe um espaço para o efeito, mas não foram tomadas medidas, por parte dos municípios, relativamente às freguesias mais pequenas, que contribuíssem também para a fixação

dos jovens, evitando que em freguesias como a sua, S. Francisco da Serra, já quase só se encontrem pessoas idosas. -----

Referiu ainda que a solução prevista na lei não é boa e a fusão de freguesias no Município de Santiago do Cacém não faz sentido. -----

Interveio o Senhor Fernando Gonçalves, referindo que foram as políticas dos sucessivos governos que retiraram as pessoas das freguesias rurais, como aconteceu com o encerramento das escolas, porque os pais ao serem confrontados com o facto de terem de mandar os seus filhos, muito cedo, para a escola, optam por vir residir na Sede do Município, sendo esta uma das principais causas que obstam à fixação dos jovens casais nas freguesias e não a falta de investimento do Poder Local. -----

O Senhor Armando Climas, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu da Serra, referiu discordar do Senhor Jorge Pinela no referente às intervenções da Câmara Municipal nas freguesias, salientando as condições que foram criadas na sua freguesia, nomeadamente a criação de dois loteamentos municipais, e a dotação de infraestruturas básicas, tais como: água, luz, esgotos e saneamento, o mesmo acontecendo nas outras freguesias do Município. -----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, referiu que o problema não se colocava só nos meios rurais, porque a falta de trabalho é generalizada, sendo o emprego uma das condições fundamentais para a fixação das pessoas. Acrescentou que quem fez a lei em causa não tem noção do papel do presidente de junta, o qual não passa só por assegurar as funções que estão previstas na lei, atendendo as pessoas a qualquer hora, sendo confrontando com todo o tipo de problemas, pessoas que agora ficarão mais distantes destes interlocutores que as ajudavam. -----

Mais referiu que aquela Lei só foi feita para responder à troika e com ela todos perdem, perdem as populações que ficam sem um serviço de proximidade, perde o País que não irá ficar melhor, bem pelo contrário, e não vai haver qualquer poupança que justifique estas medidas. -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, referiu que se congratulava com o facto do Senhor Jorge Pinela estar contra a reorganização administrativa do território, em causa. -----

Mais referiu que os presidentes das juntas de freguesias são os eleitos que estão mais próximos das populações, são os psicólogos das pessoas, sendo que, o que estava a ser posto em causa pela lei era o retirar do apoio de proximidade aos idosos, os quais já não tem postos médicos nas suas localidades, já não tem estações de correio, e as crianças já não têm escolas, não resultando estas situações da ação do Poder Local. -----

Questionou, se alguém conhecia no Alentejo um município que tivesse duas cidades, como Santiago do Cacém e com tantas Áreas de Localização Empresarial (ZILs e ZAMs), acrescentando que tem sido o Poder Local que, desde há trinta e sete anos, tem tido um papel determinante no desenvolvimento do País, porque os eleitos lutam pelas pessoas e estão a seu lado quando é preciso, referindo também que já foram assassinados vários presidentes de juntas de freguesia no exercício das suas funções, mas nenhum teve honras de Estado. Cidadãos com valor que não foi reconhecido, Questionou também que Estado era este e de que se estava a falar, referindo que, certamente, de demagogia, acrescentando que os seus organismos se mantêm e que continua a haver “boys” a ocuparem os lugares. -----

Questionou ainda, porque não se voltou a falar de regiões? -----

Acrescentou que não existe organização administrativa do território séria, sem se falar da regionalização, aquela que os Alentejanos, em referendo, disseram que queriam, tal como existe nos outros países europeus. Mais referiu que a regionalização era o

caminho certo que se devia trilhar no sentido de salvar o País da situação a que chegou, acrescentando que ninguém, até agora, tinha explicado se essa opção era mais dispendiosa do que a atual organização do território.-----

Referiu ainda concordar que seja pensada a reorganização administrativa do território, mas não se devia começar pelas freguesias, as quais estão mais próximas da população. Acrescentou que a questão está agora dependente da decisão do Presidente da República, um dos maiores responsáveis pela situação a que o País chegou, consequência das suas políticas que acabaram com a agricultura e com as pescas, setores importantes para a economia, vindo agora fazer a apologia do mesmo.-----

Referiu ainda o não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte da Administração Central e as suas consequências negativas para as ações do Poder Local, enquanto o Governo pretende criar, nas Comunidades Intermunicipais, lugares de nomeação, com pessoas pagas com remunerações elevadas, enquanto àqueles que trabalham em prol das populações, os eleitos nas freguesias, são pagas senhas com valores simbólicos.-----

Concluiu, referindo que gostaria de deixar bem clara a posição dos eleitos da CDU relativamente ao conteúdo da Moção, a qual consideram que defende o Poder Local Democrático.-----

Interveio novamente o Senhor Jorge Pinela, referindo que a sua intervenção não tinha sido devidamente entendida, acrescentando que não se excluiu de culpas na situação, nem ilibou o Poder Central mais do que o Poder Local.-----

Mais referiu que as freguesias que se desenvolveram foram as que criaram zonas industriais e, consequentemente, emprego, sendo que a Freguesia de S. Francisco também o devia ter feito, dado que tem cortiça, chegando a haver interessados em desenvolver projetos neste setor, mas não lhes foram dadas condições para o efeito.-----

Concluiu, referindo não estar a favor daquela lei, da forma como está formulada.-----

Interveio novamente o Senhor Joaquim Gonçalves, chamando a atenção para a situação das freguesias rurais resultante das políticas para o setor agrícola, o que tem levado a que cada vez haja menos culturas, chegando os agricultores a ser pagos para não semearem. Acrescentou que Vale de Água tinha muitas pessoas que cultivavam os campos e trabalhavam com máquinas agrícolas, as quais acabaram com a sua atividade, por culpa de quem tem gerido este País. Mais referiu que agora surgem alguns sinais no sentido de reativar a agricultura, pelo que, se assim for, aquelas freguesias poderão voltar a crescer, embora, hoje, predomine o trabalho com máquinas.-----

Referiu ainda ter compreendido o que o Senhor Jorge Pinela tinha dito, logo no início da sua intervenção, de que não estava de acordo com a lei em causa.-----

Interveio a Senhora Dulce Rito, começando por referir não ter percebido a razão da discussão motivada pela intervenção do Senhor Jorge Pinela, quando era de louvar o facto de o mesmo ter reconhecido que o Partido que representa não tinha razão nesta reorganização administrativa do território que pretende levar a cabo.-----

Questionou em seguida sobre o destino que irá ser dado aos edifícios das freguesias, dado que se fala em extinção, embora a lei refira que se trata da união de freguesias, e, se não seria possível as mesmas continuarem a funcionar como delegação.-----

O Senhor Vítor Paulo Barata, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, referiu que na reorganização administrativa prevista na lei em causa são indicados alguns princípios que a presidiram, nomeadamente a eficácia e a proximidade, não vislumbrando como é que, desta forma, os mesmos irão ser cumpridos.-----

Acrescentou que mais importante que os edifícios são as pessoas que trabalham naquelas freguesias, não só por elas, mas também pelo trabalho que desenvolvem com

as pessoas, as quais vão continuar a precisar dos serviços que lhes eram facultados, sendo obrigadas a maiores deslocações para os obter.-----
Mais referiu que da aplicação desta lei resultará uma menor participação das pessoas e a consequente redução da democracia, e que as mesmas ficarão com a sensação de serem geridas por pessoas de outros locais. -----
Acrescentou que, eventualmente, as sedes das freguesias extintas poderão passar a delegações, mas será menor a participação dos eleitos. -----
Concluiu, referindo que a única certeza é que vão ser extintas mais e mil e cem freguesias no País. -----
O Senhor Fernando Gonçalves referiu que outra questão que se colocava com a aplicação desta lei tinha a ver com a naturalidade das pessoas, as quais passarão a ser naturais da união de freguesias, não se sabendo de qual localidade, matéria que parece não ter sido pensada, aquando da elaboração do diploma em causa. -----
Interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que para além da questão dos novos nascimentos o mesmo problema se irá colocar no caso dos cidadãos já registados. Situação que o Governo terá também de regulamentar. -----
Mais referiu que o processo estava agora nas mãos do Presidente da República, pelo que, tinha ainda alguma expectativa relativamente à atitude que o mesmo irá tomar face a lei em causa. -----
Acrescentou que se trata de uma situação muito complexa e que não era verdadeira a ideia que o Governo pretendia passar, de que esta medida se devia à redução demográfica, porque vão ser extintas freguesias, tais como a de S. Pedro da Cova, com dezassete mil habitantes, a qual acabou de inaugurar a sede da Junta, com financiamento do Estado, pelo que, considerou que o argumento relativo ao número de habitantes, era uma falácia. -----
Por outro lado, referiu que a origem do Município de Santiago do Cacém, remonta ao Século treze e que algumas das suas freguesias foram criadas na segunda metade do século dezasseis, já existindo antes como paróquias, exceto Vale de Água, a qual foi elevada a freguesia, havia quinze anos, com os votos favoráveis de deputados, na Assembleia da República, alguns dos quais, os mesmos que agora votam a sua extinção. Mais referiu que todos aqueles que encham, constantemente, a boca com o municipalismo e a democracia, se tivessem uma atitude e um propósito sério teriam contemplado na lei o direito vincutivo da Assembleia Municipal nesta matéria, considerando que se trata de um golpe brutal relativamente às competências deste órgão municipal e à democracia, porque embora este órgão se tenha pronunciado pela não extinção das freguesias, de nada servirá, dado que a postura “democrática” do Governo é: ou concordam com o que nós queremos ou então não serve, pondo em causa a vontade das populações expressa pelo voto dos eleitos.-----
Referiu ainda o papel insubstituível das freguesias, informando que esteve presente em todos os plenários realizados nas freguesias indicadas para extinção, onde se apercebeu de um sentimento indescritível de estupefação das pessoas perante esta medida, acrescentando que as pessoas vivem a sua freguesia com um grande sentimento de pertença, não aceitando que, de um momento para o outro, lhes queiram retirar algo que para elas era quase sagrado. -----
Acrescentou que também não defende a extinção de freguesias urbanas e que discordava da forma como são aliciadas as freguesias, com o engodo demais quinze por cento nas transferências, caso promovam uma agregação voluntária, considerando que se trata de uma forma de comprar a consciência das pessoas. -----
No referente ao novo regime de atribuições e competências, considerou que, caso a lei seja aprovada, irá esvaziar o papel das assembleias municipais, passando o poder de

decisão para três ou quatro indivíduos nomeados para as comunidades intermunicipais, as CIMs, cujos pareceres vinculativos irão condicionar as deliberações dos órgãos autárquicos eleitos.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e seis votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, quatro dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó”, um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque e um de um eleito do PSD, Senhor Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela. -----
Duas abstenções de eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

6. Comemorações do centenário de Álvaro Cunhal.-----

A Senhora Presidente apresentou a proposta da Mesa, no sentido da Assembleia Municipal se associar às Comemorações em conjunto com a Câmara Municipal, no âmbito do programa a desenvolver para o efeito.-----

Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a proposta da Mesa a discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, e três dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho e Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó”.-----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos do PSD, senhores António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

O Senhor Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, eleito do PS, não estava presente no momento da votação.-----

7. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou detalhadamente o conteúdo dos documentos que suportam a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Treze, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro.* -----

FUNDAMENTOS: Conforme o disposto na alínea c) do nº. 2 do artº.64 da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro.”-----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.-----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos do PSD, senhores Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

Quatro votos contra, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó”. -----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo Senhor Jaime Cáceres, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte “**Declaração de Voto:** -----

Os eleitos da CDU votaram favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento 2013-2016 do Município de Santiago do Cacém **porque:**-----

Enquanto os grupos económicos ostentam fabulosos lucros;-----

1. Enquanto se agrava a pobreza, a miséria, o sofrimento e até a fome que atingem milhares de famílias;-----

2. Enquanto centenas de milhares de homens e mulheres estão condenados pelo Governo ao desemprego, à entrega forçada da casa, a abdicar de consultas e tratamentos médicos, à ausência de esperança e perspetiva, ao recurso à caridade; Enquanto se assiste a uma violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e do povo;-----

3. Enquanto o Governo tenta liquidar mais de mil freguesias e destruir o emprego público; -----

4. Enquanto se agrava a ofensiva dirigida contra o poder local, atingindo simultaneamente o seu carácter democrático e o princípio constitucional da autonomia financeira e administrativa, tentando fazer regressar as autarquias à situação de dependência e subordinação anterior à consagração e instituição do poder local democrático;-----

5. Enquanto se compromete o exercício das atribuições e competências indispensáveis à promoção das condições de bem-estar, de progresso e desenvolvimento locais; -----

6. Enquanto se assiste à tentativa de redução do papel do Estado na assunção de políticas públicas e das suas responsabilidades e funções sociais, destinada a favorecer o capital financeiro e a atividade dos grupos económicos.-----

Porque-----

1. Apesar da redução nas transferências do Estado para o Município de Santiago do Cacém desde 2010.-----

2. Apesar da redução de coleta de impostos que as perspetivas de evolução da economia portuguesa apontam.-----

As Grandes Opções do Plano para 2013: -----

1. Confirmam a tendência para a redução do endividamento municipal; -----

2. Apresentam um conjunto relevante de investimentos que reforçam a acessibilidade das populações dispersas às sedes de freguesia e destas à sede do Concelho e melhoram as condições de vida das populações; -----

3. Mantêm o apoio às Juntas de Freguesia; -----

4. Mantêm o apoio aos Bombeiros, às instituições de solidariedade social e a prática das competências municipais no domínio do acesso à educação e ao ensino; -----

5. Apresentam um conjunto relevante de investimentos que valorizam os recursos turísticos e apoiam as empresas, promovendo o desenvolvimento económico do concelho; -----

6. Mantêm o apoio às Associações Culturais, Desportivas e de Recreio; -----

7. Incluem verbas dirigidas à melhoria das condições de trabalho dos funcionários da Autarquia; -----

8. Evidenciam a capacidade dos eleitos da CDU e dos trabalhadores da autarquia para fazer obra e mobilizar os financiamentos comunitários; -----

Reconhecemos que estas não são as Grandes Opções do Plano que desejaríamos. -----

São as opções possíveis face ao roubo que os governos do PS e do PSD/CDS têm protagonizado.”-----

--- b) Autorização prévia prevista na Lei dos Compromissos; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** – Submeter à Assembleia Municipal a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:-----

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; -----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

FUNDAMENTOS: De facto: O disposto no art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

A alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica,

incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho estabelece-se que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.-----

De direito: De acordo com a alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta a discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, quatro, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, e um, do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque. -----

Três abstenções, dos eleitos do PSD, senhores Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. “--

PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia, o prolongamento dos trabalhos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

Aprovado, por unanimidade, o prolongamento dos trabalhos. -----

--- c) Adequação da estrutura orgânica do Município de Santiago do Cacém às determinações impostas pela Lei 49/2012, de 29 de agosto; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: UM:** Aprovar a adequação da estrutura orgânica vigente no Município, em cumprimento do determinado pela Lei 49/2012, de 29 de agosto, com as seguintes especificações:-----

a) A adoção de um modelo de estrutura orgânica hierarquizada; -----

b) O modelo de estrutura orgânica flexível composta por sete unidades orgânicas flexíveis.-----

DOIS: Aprovar as competências, os requisitos de recrutamento e a identificação do estatuto remuneratório do cargo de direção intermédia de terceiro grau a criar, em que: -

A. Sejam atribuídas as seguintes competências:-----

i) Coadjuvar o dirigente de que dependam hierarquicamente;-----

ii) Garantir o desenvolvimento das atribuições cometidas à unidade orgânica que dirige;-----

iii) Gerir com eficiência e rigor os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica;-----

iv) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade dos serviços na sua dependência tendo em vista os resultados a alcançar. -----

B. Seja definido como requisitos de Recrutamento: -----

Que o titular de cargo de direção intermédia de 3.º grau seja recrutado por procedimento concursal, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúna dois anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício seja exigível uma licenciatura. -----

C. Seja estabelecido o seguinte estatuto Remuneratório:-----

i) A remuneração correspondente à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.-----

D. Em todo omissis, seja aplicável ao cargo de direção intermédia de 3.º Grau, as disposições dos diplomas que estabelecem o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local com as necessárias adaptações.-----

TRÊS: Aprovar conceder aos titulares de cargos de direção intermédia de 1º e 2.º grau, o abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do Despacho Conjunto n.º 625/99, de 13 de junho, sendo-lhe aplicável as correspondentes atualizações anuais e com efeitos à data da entrada em vigor da Lei 49/2012, de 29 de agosto. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: a) Em 2009, através da Lei 305/2009, de 23 de outubro, foi imposto aos Municípios que, até 31 de dezembro de 2010, promovessem a revisão dos seus serviços. -----

b) O Município avaliou a estrutura então existente, aprovou e implementou uma nova estrutura de organização dos serviços com vista a melhorar a qualidade, eficácia e eficiência do funcionamento da autarquia e, visando a melhor prossecução do interesse público e uma melhor prestação de serviços aos munícipes, de acordo com o Despacho n.º 860/2011, Publicado em Diário da República n.º 7, 2.ª série de 11 de janeiro de 2011; -----

c) Esta nova estrutura encontra-se em funcionamento há menos de 2 anos; -----

d) Os resultados positivos são evidentes nas diversas áreas de trabalho; -----

e) Vem ora impor-se, através da Lei 49/2012, de 29 de agosto, uma adaptação da estrutura orgânica vigente, que limita o número de dirigentes em função de critérios relacionados com a população (total de população residente e da população em movimento pendular) e as dormidas turísticas e, no caso dos diretores municipais, também o critério da participação dos municípios nos impostos do Estado, critérios que se afiguram meramente economicistas com vista a alegadas reduções de despesa, desprezando critérios determinantes tais como a área de território em causa e as suas características específicas; -----

f) No caso do Município de Santiago do Cacém, em resultado dos critérios estabelecidos na Lei e dos números disponíveis através dos últimos censos e estudos anteriores, o Município pode, apenas, possuir uma estrutura orgânica com 7 dirigentes;-----

g) Não obstante se considerar que as imposições preconizadas pela Lei constituem um manifesto atentado à autonomia do poder local constitucionalmente consagrada, à autonomia de gestão das autarquias pelos seus executivos, democraticamente eleitos, em estrito cumprimento da Lei, é apresentada a presente proposta de adaptação da estrutura orgânica vigente, cujas cópias das respetivas deliberações devem ser enviadas à Direção-Geral das Autarquias Locais, nos 30 dias posteriores à sua aprovação. -----

De Direito: O disposto na Lei 49/2012, de 29 de agosto, em especial os seus artigos: 24º, n.º 2, 25º, n.ºs 1 e 2, artigo 4º n.º 3 e artigo 6º da Lei 305/2009, de 23 de outubro.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, três dos eleitos do PSD, senhores Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e um do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.-----

Quatro abstenções, dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó”.-----

--- **d) Mapa de Pessoal para 2013;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar o Mapa de Pessoal para 2013 de acordo com a estrutura orgânica em vigor. *-----

2. Aprovar o Mapa de Pessoal para 2013 que reflete a adequação da estrutura orgânica nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.*-----

FUNDAMENTOS De facto: 1. Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado, mantido ou alterado pela Assembleia Municipal.-----

2. Considerando que os Municípios até 31 de dezembro têm que aprovar a adequação da sua estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. Considerando que nos termos do n.º 7 do artigo 25.º da citada lei é admitida a faculdade de manutenção até ao final do respetivo período das comissões de serviço dos dirigentes em funções à data de entrada em vigor da lei, a qual quando utilizada, determina a suspensão dos efeitos das correspondentes alterações decorrentes de adequação orgânica.-----

Considerando que nos termos dos n.º 3 e 4 do artigo 25.º é ainda admitida a faculdade de uma renovação de algumas comissões de serviço.-----

3. Admitindo-se a manutenção e possível renovação das comissões de serviço, a adequação da estrutura orgânica às novas regras e critérios entrará em vigor de forma gradual.-----

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril e art.º 25 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.”-----

*documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número vinte, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo vinte dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Nuno Miguel da Silva Francisco, José Manuel Guerreiro Neves, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Joaquim António Gamito, Teresa Isabel Matos Pereira, Maria de Fátima Lamas José Afonso Boavida, João Saraiva de Carvalho, Daniel Edgar Bernardo Silvério, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos e três dos eleitos do PSD, senhores Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

Cinco abstenções, sendo quatro dos eleitos do PS, senhores Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Sandra Maria Brás Coelho, Luís de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó e uma do eleito do BE, Senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque.”-----

8. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação sobre as Atividades da Câmara Municipal, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2012, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram zero horas e trinta minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

